



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE ILE PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade	7
3 Demografia	10
3.1 Estrutura etária e por sexo	10
3.2 Traço sociológico	10
3.3 Línguas faladas	11
3.4 Analfabetismo e Escolarização	12
4 Habitação e Condições de Vida	13
5 Organização Administrativa e Governação	15
5.1 Governo Distrital	15
5.2 Reforma do sector público	18
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	18
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	19
5.3.2 Obras Públicas e Habitação	20
5.3.3 Educação e Saúde	21
5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto	21
5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	22
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	23
5.4 Desminagem	23
5.5 Finanças Públicas	24
5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	25
5.7 Participação comunitária	25
5.8 Apoio externo	25
6 Posse e Uso da Terra	26
6.1 Posse da terra	26
6.2 Trabalho agrícola	27
6.3 Utilização económica do solo	27
6.3.1 Agricultura	27
6.3.2 Pecuária e Avicultura	28

6.3.3	Produção não agrícola	28
7	Educação	29
8	Saúde e Acção Social	32
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	32
8.2	Acção Social	33
9	Género	35
9.1	Educação	35
9.2	Actividade económica e exploração da terra	36
9.3	Governança	37
10	Actividade Económica	38
10.1	População economicamente activa	38
10.2	Orçamento familiar	39
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	40
10.4	Infra-estruturas de base	41
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	43
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	43
10.5.2	Pecuária	45
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	45
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	46
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Ile	48
	Documentação consultada	50

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	10
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	11
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	11
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	11
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	12
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	13
TABELA 7:	População e frequência escolar	29
TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	30
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	30
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	31
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	32
TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	32
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	33
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	34
TABELA 15:	População activa, por ramo de actividade, 2005	39

TABELA 16:	Rede de estradas	41
TABELA 17:	Abastecimento de água	43
TABELA 18:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	45

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	13
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	14
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	14
FIGURA 4:	Locais suspeitos de minas	23
FIGURA 5:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	24
FIGURA 6:	Estrutura de exploração agrária da terra	27
FIGURA 7:	Explorações e área, por culturas principais.....	28
FIGURA 8:	População, por nível de ensino que frequenta.....	29
FIGURA 9:	Quadro epidémico, 2003.....	33
FIGURA 10:	Indicadores de escolaridade, por sexos	35
FIGURA 11:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	36
FIGURA 12:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	38
FIGURA 13:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	39
FIGURA 14:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	40



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

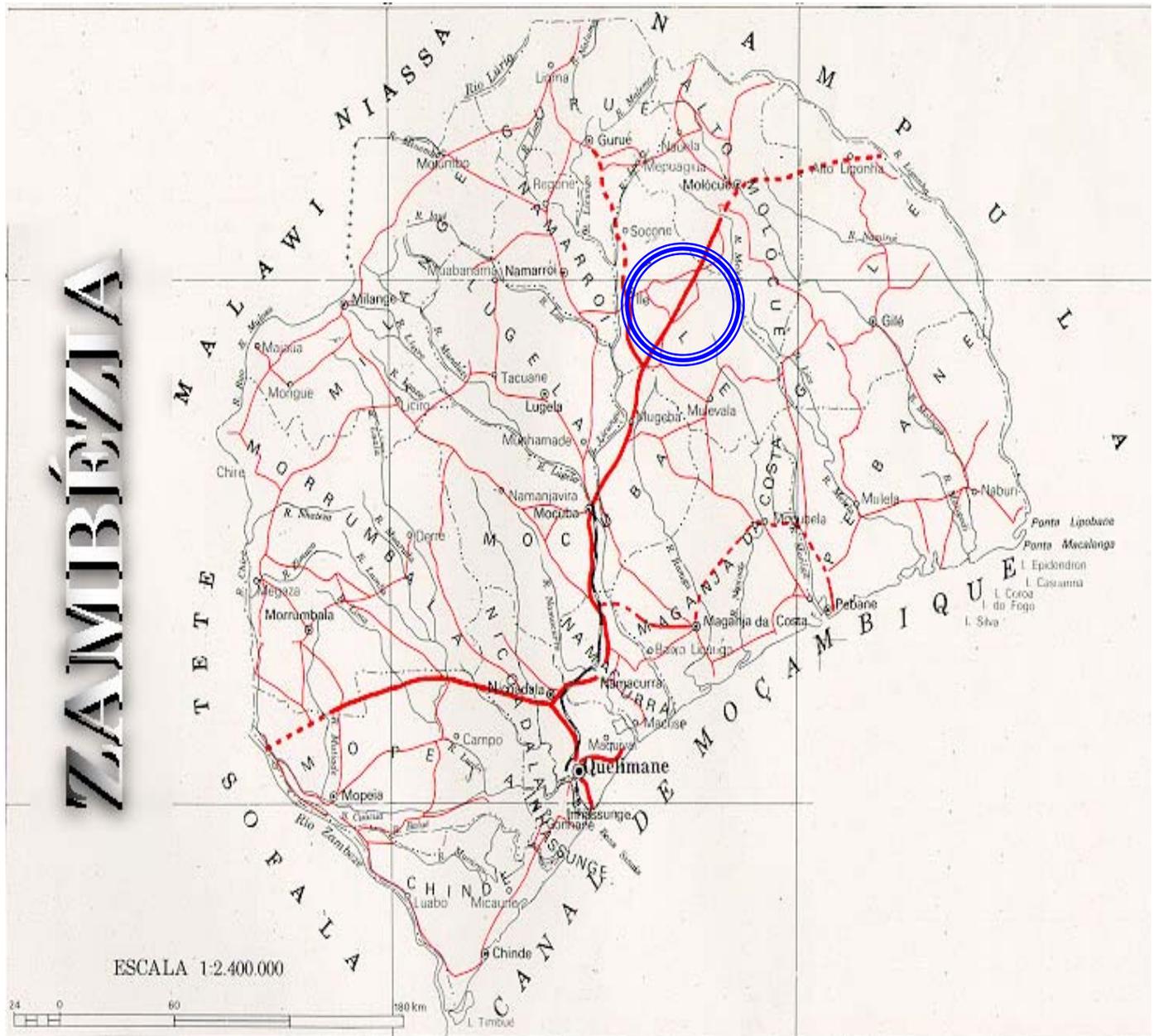
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Ile, com sede na Vila de Errego, está localizado na parte Norte da Província da Zambézia, confinando a Norte com os distritos de Gurué e Alto-Molócuè, a Sul com os distritos de Maganja da Costa e Mocuba, a Este com os distritos de Gilé e Pebane e a Oeste com os distritos de Namarrói e Lugela.

Com uma superfície¹ de 5.643 km² e uma população recenseada em 1997 de 224.167 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 280.159 habitantes, o distrito de Ile tem uma densidade populacional de 49.5 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

A população é jovem (45%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 46%) e de matriz marcadamente rural.

1.2 Clima, Relevo e Solos



É influenciada pelo clima de tipo tropical chuvoso de savana onde as precipitações médias anuais são acima dos 800mm, chegando na maioria dos casos a 1.200 ou mesmo 1.400mm, concentrando-se no período compreendido entre Novembro de um ano e finais de Março podendo localmente estender-se até Maio.

A evapotranspiração potencial regista valores médios na ordem dos 1.000 a 1.400mm e as temperaturas médias anuais variam de 24 a 26°C, facto que possibilita e encoraja a prática de agricultura de sequeiro com apenas uma colheita sem riscos significativos de perda das culturas devido ao déficite hídrico.

O distrito possui uma bacia hidrográfica rica, formada por 4 rios principais (Namuna, Nipiode, Mutuazi, Muliquela) e seus afluentes, sendo o rio Namanda, o principal. Os rios são de regime permanente quer na época chuvosa ou na seca.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

As bacias hidrográficas apresentam potencialidades para a prática de piscicultura, agricultura e pecuária e condições naturais para a construção de represas para irrigação e barragens para a produção de energia eléctrica.

Ocorre a Sul da região da alta Zambézia e marca a transição para a região de alta altitude. Tem uma altitude média, compreendendo planaltos baixos, médios e sub-planaltos que abrangem altitudes que variam de 200 a 1000 metros acima do nível médio do mar. O relevo apresenta declives que variam de suavemente ondulados a fortemente dissecados.

É dominada por solos residuais derivados, na maioria, de rochas metamórficas e eruptivas do soco pré-cambrico, em particular, do complexo gnaisso-granítico do Moçambique Belt. São solos de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos.

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Ile conta apenas com transporte terrestre rodoviário, sendo atravessado por um troço de estrada nacional, a EN 104, que liga a província da Zambézia à de Nampula, ao norte. O distrito possui ainda um aeródromo a necessitar de reabilitação.

Apenas a estrada nacional Ile-Guruè foi reabilitada, com o apoio da ONG Visão Mundial, em 1993, tendo para o efeito sido utilizada mão-de-obra local, através de um programa "comida pelo trabalho".

Durante o período em referência, o Distrito beneficiou da reabilitação das principais rodovias, algumas das quais ainda carecendo da construção de pontes de betão e de madeira, conforme os casos. Destaca-se deste modo, a via Nampevo/Gurúe, cujas obras de ampliação e asfaltagem terminaram em finais de 2003.

As estradas classificadas beneficiam de manutenção periódica, através de fundos alocados a nível nacional, em coordenação com a Direcção provincial das Obras Públicas e Habitação.

A maior parte destes troços não oferece boa transitabilidade, principalmente no período chuvoso. A manutenção das vias é organizada pelas autoridades comunitárias junto dos



Postos Administrativos. O trabalho é feito pelas comunidades que limpam as estradas, principalmente nas vésperas da colheita/comercialização.

O distrito dispõe de comunicações via rádio, estando montados rádios transmissores/receptores na Administração do Distrito; PA de Mulevala; Direcção Distrital da Saúde; Comando Distrital da PRM; Missão Evangélica de Cristo; Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O abastecimento de água para a população rural é feita através dos rios e riachos do distrito. Contudo, existem zonas com grande carência de água na época seca.

Atenção especial foi dada na área de abastecimento de água às populações, através da mobilização das mesmas para a abertura e melhoramento de poços e da construção de furos através de fundos doados pela UNICEF, PRONAR e JICA.

O Pequeno Sistema de Abastecimento de água carece de ampliação, por forma a abranger os 3 Bairros da Vila. Existem 2 outros pequenos sistemas de abastecimento de água nas Sedes dos Postos Administrativos de Mulevala e Socone a carecer de reabilitação.

O fornecimento de energia à Vila é feito através de geradores doados pelo Governo Provincial em 1998, beneficiando até ao momento 79 consumidores. Existem outros 5 pequenos geradores privados.

O distrito possui 141 escolas (das quais, 134 do ensino primário nível 1), e está servido por 9 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 34 mil pessoas;
- Uma cama por 5.100 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 7.800 residentes.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas. A aptidão deste distrito para a agricultura irrigada é muito baixa.

Dominam neste ambiente sistemas de produção que compreendem consociações de mandioca, milho e feijões nhemba e boere e/ou consociação de mapira, milho e feijão nhemba, e em menor escala a cultura de amendoim. Nos solos onde se observa a presença de humidade residual por período prolongados de tempo é frequente a cultura de arroz ou batata doce, esta última, em regime de matutos/camalhões.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

A lenha é fonte de energia mais utilizada para a confecção de alimentos. Em algumas zonas o recurso é escasso, havendo localidades em que as populações têm que percorrer cerca de 20 km até à fonte mais próxima. A erosão é um problema que afecta o distrito.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. Porém, a caça não tem importância para fins comerciais ou turísticos.

Desde a introdução da piscicultura no distrito, foram abertos 136 tanques para criação de peixe, dos quais foram povoados 123. Esta actividade beneficiou 121 famílias.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

A indústria predominante no Distrito é a moageira, composta por 12 moagens que funcionam através de combustível-gasóleo, dedicando-se à farinação de milho e mandioca das populações, embora em número insuficiente. Existe, ainda, uma fábrica de Chá a SONIL.

Devido ao seu relativo isolamento, a integração do distrito nas redes de mercados regionais ou nacionais é fraca. Como resultado, a actividade comercial é limitada, e o mercado para venda dos produtos locais está em grande parte confinado ao próprio distrito e ao distrito vizinho de Mocuba. Existem, no entanto, alguns comerciantes de fora do distrito, nomeadamente de Quelimane, Maputo, Nampula e Milange, a operarem na zona.

Na área do Distrito existem três pensões/pousadas, sendo duas na sede do Distrito e uma em Muguíama para a associação turística. O distrito não dispõe de um sistema formal de crédito, contando apenas uma delegação do BCM.

2 História, Política e Sociedade

O nome de ILE provém de “Yili”, nome de um monte situado na sede do distrito. A sede do distrito é Errego, também o nome de um pequeno monte chamado AMARREGO, situado a 7Km da sede do Ile, onde os portugueses fundaram o primeiro Posto Administrativo do distrito.

A população do Ile provém das comunidades que emigraram das zonas de Malema e vieram fixar-se na zona de Namuli em busca de terras férteis e caça. A população está dividida pelas tribos Maloa e Malessane, sendo na sua maioria agricultores e caçadores.

A população alimenta-se fundamentalmente de mandioca e milho, servindo-se do arroz e da mapira como suplemento dietético.

Para evitar o que consideram de promiscuidade, os grupos da mesma linhagem não se casam entre si. As mulheres cultivam a beleza tatuando o corpo, o que também é visto como sinal de crescimento. Os ritos de iniciação deixaram de ser praticados por influência das Igrejas.

A Sociedade civil está mais aberta e participa activamente no desenvolvimento do distrito, alertando o governo nas situações em que a sua intervenção é necessária. Na definição de prioridades para a intervenção do Governo e seus parceiros na execução de projectos é chamada a participar. Há casos em que a sociedade civil intervém na escolha dos seus representantes, caso do Presidente da Comissão Distrital de Eleições, nos fóruns locais e de consulta comunitária. Associações existentes no distrito:

- ANAILE – Associação dos Naturais e Amigos do Ile;
- ACAWAC- Associação dos camponeses agrícolas;
- ADEUM- Associação para o desenvolvimento das Mulheres de Morrua que intervém na agricultura, pecuária, alfabetização e educação de adultos e saúde.



A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;

- Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais, tendo sido reconhecidas 35 das 45 Autoridades Comunitárias legitimadas.

POSTO ADMINISTRATIVO	LEGITIMADAS		TOTAL
	Chefes Tradicionais (Designação em línguas locais)	Secretários de Bairros/Aldeias	
Sede-Ile	Régulos - 4	Secretários - 15	19
Mulevala	Régulos - 4 Líder Religioso - 1	Secretários - 11	16
Socone	Régulos - 4	Secretários - 6	10
TOTAL			45

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;

-
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
 - Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
 - Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
 - Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 5.643 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 280 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 50 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 300 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (45%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 46%, este distrito tem uma matriz marcadamente rural.

A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE ILE	280.159	63.020	62.981	121.902	26.357	5.899
Homens	129.042	30.768	32.660	50.807	11.477	3.329
Mulheres	151.117	32.252	30.321	71.095	14.880	2.570
P.A. de ILE	168.268	37.448	39.870	71.530	15.502	3.917
Homens	76.974	18.328	20.604	29.421	6.450	2.171
Mulheres	91.294	19.120	19.267	42.109	9.052	1.746
P.A. de MULEVALA	64.176	15.404	11.214	30.306	6.200	1.052
Homens	30.473	7.521	5.979	13.304	2.997	672
Mulheres	33.703	7.882	5.235	17.002	3.203	380
P.A. de SOCONE	47.715	10.168	11.897	20.066	4.654	930
Homens	21.595	4.919	6.078	8.082	2.030	486
Mulheres	26.120	5.249	5.819	11.984	2.625	444

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 68.165 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (37%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
22,7%	55,2%	22,1%	4,1	1,9	2,3
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
6,8%	1,1%	15,8%	36,6%	8,3%	31,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Muçulmana.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
38,7%	61,3%	16,5%	39,0%	2,3%	3,5%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	T. de Jeová	Evangélica	Outra
100,0%	49,4%	15,8%	4,7%	0,2%	29,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, 74% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE ILE	25,9%	18,4%	7,5%	74,1%	29,6%	44,5%
5 - 9 anos	1,5%	0,8%	0,7%	14,2%	7,0%	7,2%
10 - 14 anos	4,2%	2,7%	1,5%	9,1%	4,5%	4,6%
15 - 19 anos	4,3%	2,7%	1,6%	8,0%	3,9%	4,1%
20 - 44 anos	13,5%	10,0%	3,4%	30,3%	9,4%	20,9%
45 anos e mais	2,4%	2,1%	0,3%	12,5%	4,7%	7,8%
P.A. de ILE	25,8%	18,1%	7,7%	74,2%	26,8%	47,4%
P.A. de MULEVALA	28,2%	21,0%	7,2%	71,8%	26,0%	45,7%
P.A. de SOCONE	23,1%	16,3%	6,8%	76,9%	28,1%	48,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 82% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 34% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE ILE	81,6%	68,8%	92,1%
5 - 9	97,2%	96,5%	97,9%
10 - 14	79,0%	73,7%	85,2%
15 - 44	75,7%	55,1%	90,4%
45 e mais	89,4%	78,6%	98,6%
P.A. de ILE	81,7%	69,2%	91,7%
P.A. de MULEVALA	80,7%	67,0%	92,9%
P.A. de SOCONE	82,3%	69,7%	92,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

4 Habitação e Condições de Vida

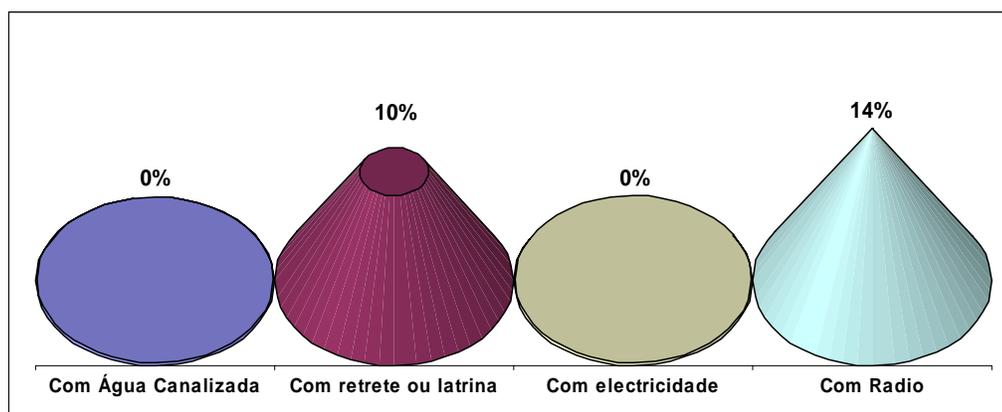


O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de cinco bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente*

em poços ou furos”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

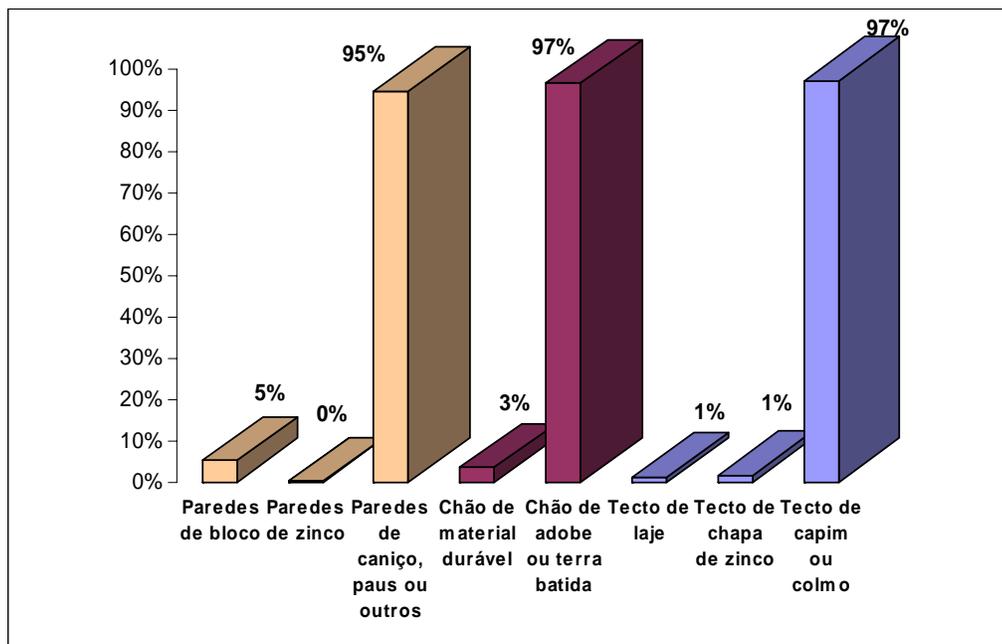
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	7%	10%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	10%	11%	37%	42%	27%	35%	10%	11%
Com electricidade	0%	0%	3%	4%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	14%	15%	31%	37%	36%	52%	13%	15%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

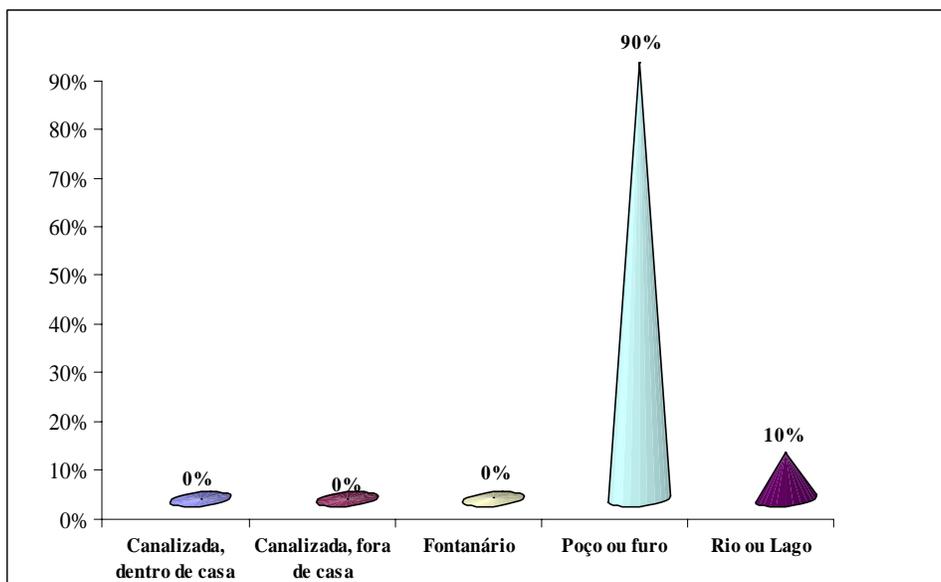
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (90%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (10%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Ile-Sede, Mulevala e Socone que, por sua vez, estão subdivididos em 12 Localidades.

ILE - SEDE
MUNGULAMA/HATXUE
NAMANDA
NAMPEXO
NIPIODE
PALANE/VIERIVA
MULEVALA
MICALANE
MUCATA
NAMIGONHA
RUGE
TEBO
SOCONE
SOCONE - SEDE
CURRUANE(MACOPOLA)

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital do Comércio, Indústria e Turismo;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Tribunal Judicial Distrital;
- Direcção das Prisões;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Posto da APIE;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Com um total de 68 funcionários (dos quais, 7 são mulheres e 18 estão fora do quadro), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Superiores	1
■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	7
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	27
■ Pessoal auxiliar	31

Edifícios

Localização	Estado Conserv.	Edifício	Casas	Obs.
Sede - Distrito	Bom	Administração	10	Reabilitação e manutenção
Socone	Bom	Administração	1	Em reabilitação
Mulevala	Bom	Administração	2	1 em reabilitação

Foi adquirido o equipamento pelo Governo Provincial e outro doado pelas ONG's que operam no Distrito, a saber:

- Uma viatura de marca Land Rover cabine dupla para a Administração do Distrito;
- Uma viatura cabine dupla de marca MITSUBISHI, para o Posto Administrativo de Mulevala;
- Doze motos de marca SUZUKI 180, HONDA 120, YAMAHA 125, sendo 1 para o Posto Administrativo do Socone, 1 Adm/ção do Distrito, 3 para a Saúde, 3 para a PRM, 3 para a Agricultura e 1 para a Educação;
- 18 bicicletas para os Chefes das Localidades e Líderes Comunitários;
- 2 computadores, sendo 1 para a Administração do Distrito e outro para a Saúde;
- 1 (uma) máquina fotocopadora para a Administração do Distrito;

-
- 14 rádios transmissores/receptores, sendo 1 para a Administração do Distrito, 1 para o Posto Administrativo de Mulevala, 1 para o Comando da PRM, 1 para a DD ADR, e 10 para a Saúde;
 - 2 viaturas, sendo 1 Land Rover e 1 Land Cruyser para DDS e Centro de Saúde da Sede.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
- Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
- Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
- Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.

-
- Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
 - Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
 - Prestigiar a função de Administrador Distrital.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O distrito é basicamente agrícola, produzindo cereais e oleoginosas, como milho, feijões, mandioca, mapira, amendoim, girassol, castanha de caju, algodão, chá e outros. É também rico em madeiras e plantas medicinais, bem como jazigos minerais, maioritariamente não explorados.

O nível de vida das populações está a conhecer melhorias substanciais, na medida em que melhorou o abastecimento às populações em produtos de primeira necessidade, a transibilidade das rodovias, o acesso à rede escolar e sanitária, habitação melhoradas, micro-projectos em associações, água potável, apesar de ainda não ser suficientemente abrangente.

O papel dos parceiros nesta área nomeadamente, a ADRA, empresas João Ferreira dos Santos e outros fomentadores das técnicas agrícolas melhoradas e de fomento de tabaco tem contribuído na elevação do nível de vida das populações do Distrito, sem se deixar de lado a MOCOTEX, que também fomenta o algodão, as empresas de chá no Walasse e as indústrias mineiras de Marropino e Murrua.

Apesar dos esforços no período em apreço, a estiagem que assolou a região tornou terras férteis em improdutivas, como é o caso das de Nipiode, Muliquela e Socone, que obrigou as populações, em número de 10.000, a migrarem para áreas limítrofes dos distritos vizinhos de Alto Molócue, Gurúe e Mocuba, à procura de terras férteis. Esta situação fez com que de Outubro de 2001 a Fevereiro de 2002, se registasse fome em algumas famílias, particularmente na área de Socone.

Através do programa de fomento de gado bovino, o distrito recebeu 37 cabeças (32 fêmeas e 5 machos) beneficiando 8 famílias.

A H.P.I. é uma Organização-não-Governamental que introduziu o fomento de gado caprino desde 1997. Esta organização presta actualmente assistência técnica a 14 grupos

formados recentemente. Esta organização introduziu, em 2003, um Projecto de caça de crocodilos no PA de Mulevala.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

5.3.2 Obras Públicas e Habitação

Tem a seu cargo a execução do investimento e promoção da manutenção de infra-estruturas locais, nomeadamente:

- Foram construídas 6 escolas do EP1 nas comunidades de Namanda, Macuelia, Nipine, Hapala, Enhumua e Muliqela;
- Foram reabilitadas 2 Secretarias dos Postos Administrativos de Socone e Mulevala;
- Foram reabilitadas 2 residências para os Chefes dos Postos Administrativos de Socone e Mulevala;
- Está em curso a reabilitação de 2 residências definitivas dos Chefes dos Postos Administrativos de Socone e Mulevala;
- Foi construído o Instituto de Aperfeiçoamento dos Professores na Sede do Distrito;
- Reabilitado o Centro de Saúde de Tipo III na Sede do Distrito;
- Reabilitadas as instalações da EPC e respectivo Lar;
- Reabilitado o Centro de Saúde de Muíequela;
- Está em Reabilitação o Pequeno Sistema de Abastecimento de Água na Sede;
- Foram construídos 56 poços de água em todo Distrito.
- 1 edifício da Administração;
- 1 Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- 1 Direcção da Educação;
- 1 Direcção da Saúde;

-
- 1 clube não reabilitado;
 - Hospital;
 - 1 escola Secundária geral;
 - 1 residência Oficial do Administrador;
 - 5 residências dos funcionários da Administração;
 - 1 residência do Director da Agricultura;
 - 2 residências dos Chefes dos Postos Administrativos e 2 em reabilitação;
 - 2 Secretarias dos Postos Administrativos;
 - 6 Escolas do EP1;
 - 1 edifício para o IAP na Sede do distrito;
 - 1 casa do Director da saúde;
 - 1 casa para o médico;
 - 2 casas para enfermeiros;
 - 1 casa para o Chefe da Secretaria da Direcção Distrital da Saúde;
 - 1 Maternidade.

5.3.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 141 o número de escolas em 2003 (134 do ensino primário nível 1, 7 do nível 2), que são frequentadas por cerca de 40 mil estudantes ensinados por 440 professores.

O distrito está dotado de 1 Hospital Rural, 6 do nível II/III e 2 Postos de saúde, com um total de 59 camas e 39 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

O Sector da Cultura, Juventude e Desportos desenvolve várias actividades de carácter recreativo e educativo, tais como desporto, teatro, actividades culturais, pesquisas e outras. O Sector funciona apenas com um técnico que trabalha a tempo inteiro. Na área do teatro o distrito tem 3 grupos. Os grupos culturais não são permanentes, reunindo-se apenas aquando de alguma comemoração ou nas datas festivas.

Em termos de infra-estruturas, o distrito possui 8 campos de futebol de 11, dos quais 3 em bom estado, na Sede, Mulevala e Morrua. Existem, ainda, campos polivalentes para a prática de basquetebol e futebol de salão. O futebol de “11” é a modalidade mais praticada, contando actualmente com 7 equipas masculinas.

No processo de divulgação da Lei sobre o Serviço Militar Obrigatório, o acesso de jovens com a idade abrangida é notório, apesar de ainda haver pouca participação da rapariga, contudo, pode-se verificar no seguinte quadro ilustrativo durante os 4 anos:

5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados. O Sector de Acção Social funciona anexo à Direcção Distrital da Saúde. Coordena as actividades do INAS nas áreas periféricas da Sede do distrito, nomeadamente, Nigula, Muliqela e uma parte do Posto de Socone. Atende mais de 380 idosos, recebendo cada um deles um subsídio mensal de 32.000,00MT.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

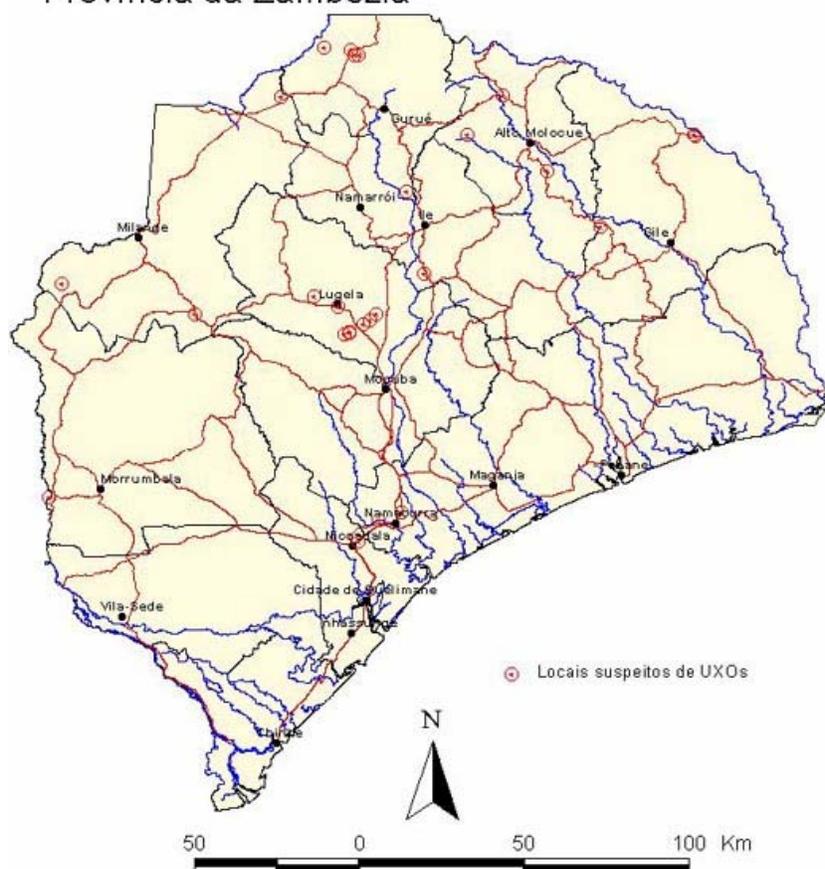
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico. As preocupações com questões de segurança e ordem pública são mínimas, não existindo, actualmente, situações de risco de minas conhecidas neste distrito. Os assaltos, roubos e ofensas corporais são os crimes mais frequentes no distrito.

5.4 Desminagem

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

FIGURA 4: Locais suspeitos de minas
Província da Zambézia

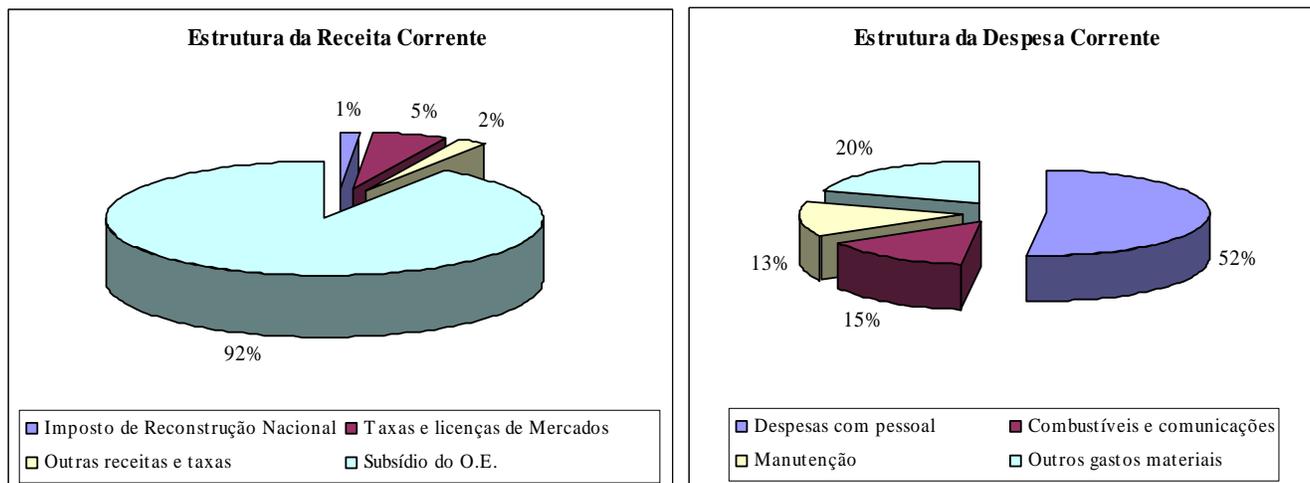


Fonte: Instituto Nacional de Desminagem, 2003.

5.5 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 5: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 12 contos por habitante, isto é, menos de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do estado.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.7 Participação comunitária

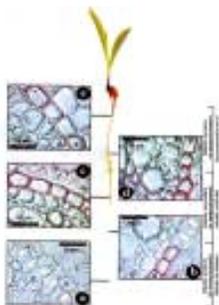
A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA.

5.8 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a CARE no abastecimento de água rural, a ADRA e o PMA na distribuição de sementes, e a MSF-Bélgica no sector da saúde.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país. Referir-mo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Comparativamente com outras regiões, este distrito possui uma densidade populacional elevada, o que provoca alguma pressão sobre os recursos disponíveis, originando alguns conflitos sobre a posse da terra.

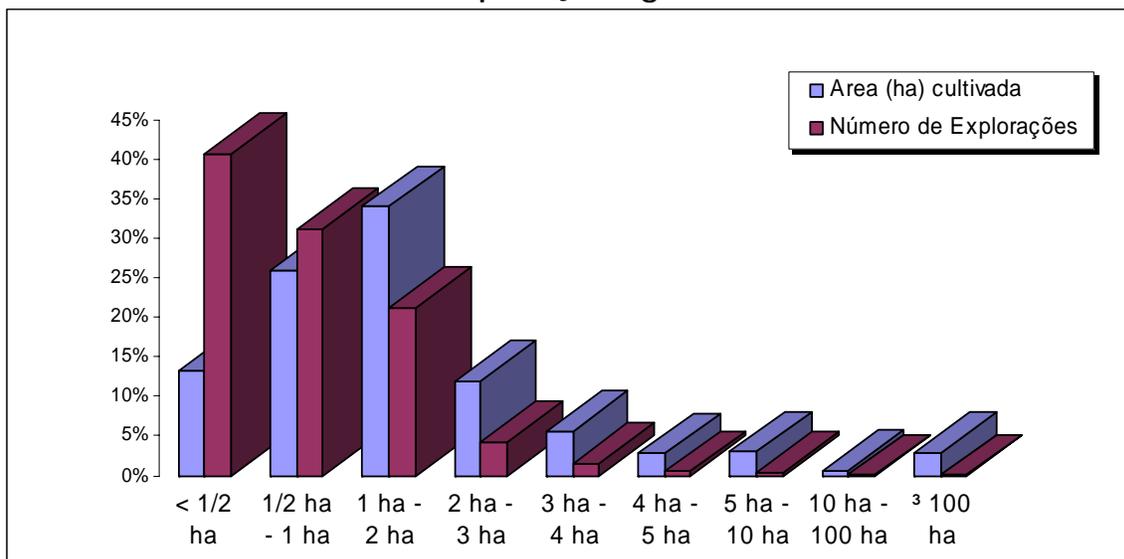
Este distrito possui cerca de 50 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1 hectare. Com um grau de exploração familiar dominante, 72% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 39% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 28% da área cultivada pertence a somente 7% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 70% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

FIGURA 6: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 93% das cerca de 150 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 7% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 83% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

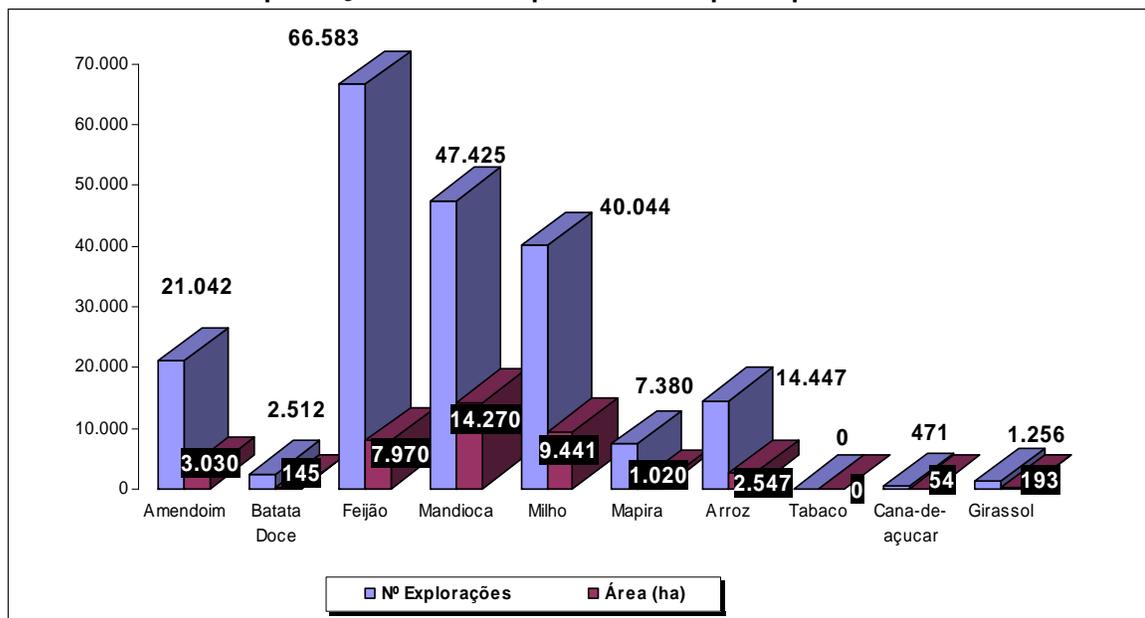
Estas explorações estão divididas em cerca de 150 mil parcelas, 80% com menos de meio hectare e exploradas em metade dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 34% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

FIGURA 7: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 15 mil criadores de pecuária e mais de 45 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 5% nos bovinos a 8% nos bicos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 82% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 34% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

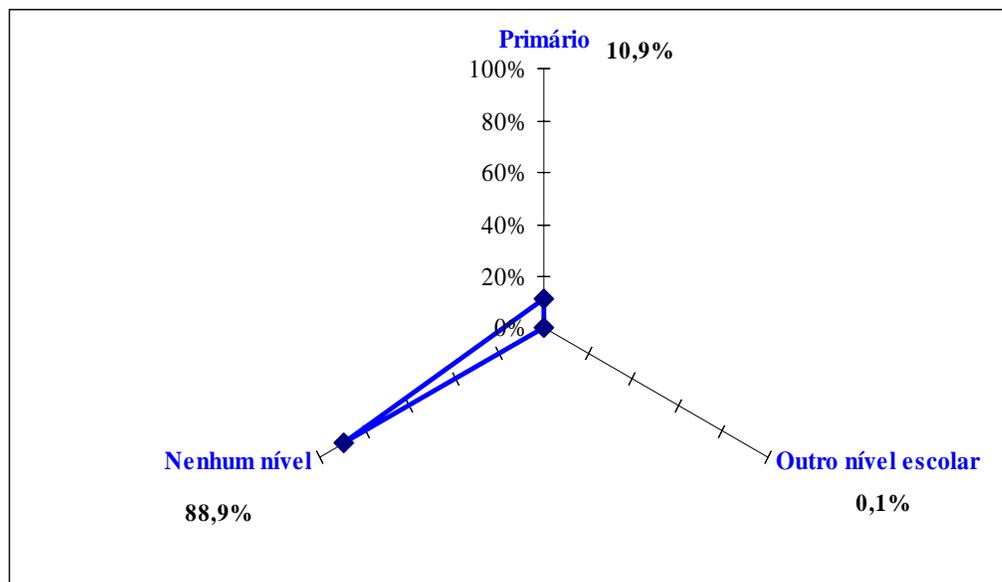
TABELA 7: População⁵ e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE ILE	11,1%	6,7%	4,4%	22,6%	14,4%	8,3%	66,3%	24,2%	42,1%
P.A. de ILE	12,0%	7,2%	4,8%	22,9%	14,2%	8,7%	65,1%	23,4%	41,7%
P.A. de MULEVALA	8,7%	5,2%	3,5%	23,5%	16,0%	7,5%	67,8%	25,8%	42,0%
P.A. de SOCONE	10,9%	6,6%	4,3%	20,6%	12,9%	7,7%	68,5%	25,0%	43,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 45% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 8: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 8: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NIVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE ILE	11,1%	0,1%	10,9%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	88,9%
5 - 9 anos	14,3%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	85,7%
10 - 14 anos	45,4%	0,0%	45,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	54,6%
15 - 19 anos	18,8%	0,1%	18,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	81,2%
20 - 24 anos	1,6%	0,1%	1,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	98,4%
25 e + anos	0,5%	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,5%
HOMENS	14,7%	0,1%	14,5%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	85,3%
MULHERES	8,1%	0,1%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	91,9%
P.A. de ILE	12,0%	0,1%	11,8%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	88,0%
P.A. de MULEVALA	8,7%	0,0%	8,6%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	91,3%
P.A. de SOCONE	10,9%	0,0%	10,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	89,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 7% concluíram algum nível de ensino.

Destes, 94% completaram somente o ensino primário e 2% o 1º grau do secundário.

TABELA 9: População⁹, por nível de ensino concluído

	NIVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE ILE	6,9%	0,2%	6,5%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	93,1%
5 - 9 anos	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
10 - 14 anos	4,3%	0,0%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	95,7%
15 - 19 anos	9,6%	0,1%	9,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	90,4%
20 - 24 anos	9,9%	0,2%	9,4%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	90,1%
25 e + anos	8,2%	0,3%	7,5%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	91,8%
HOMENS	11,4%	0,2%	10,7%	0,3%	0,0%	0,2%	0,0%	88,6%
MULHERES	3,2%	0,1%	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96,8%
P.A. de ILE	7,3%	0,2%	6,8%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	92,7%
P.A. de MULEVALA	6,3%	0,2%	5,9%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	93,7%
P.A. de SOCONE	6,5%	0,1%	6,3%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	93,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	206	20.418	44.508	147	507
EP1	134	18.099	38.521	120	391
EP2	7	469	1.487	15	46
ESG I	0	0	0	0	0
ESG II	0	0	0	0	0
ETP	0	0	0	0	0
AEA	65	1.850	4.500	12	70

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 34 mil pessoas;
- Uma cama por 5.100 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 7.800 residentes.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
		TOTAL DO DISTRITO						
Nº de Unidades	9	1	0	6	2			
Nº de Camas	59	42	0	17	0			
Pessoal Total	59	34	0	22	3	59	39	20
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	3	3	0	0	0	3	2	1
- Nível Básico	20	16	0	4		20	12	8
- Nível Elementar	16	4	0	10	2	16	8	8
- Pessoal de apoio	20	11	0	8	1	20	17	3

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	48,4%
Partos	3.987
Vacinação	155.584
Saúde materno-infantil	171.097
Consultas externas	109.950
Taxa de baixo peso à nascença	10,1%
Taxa de mau crescimento	5,7%

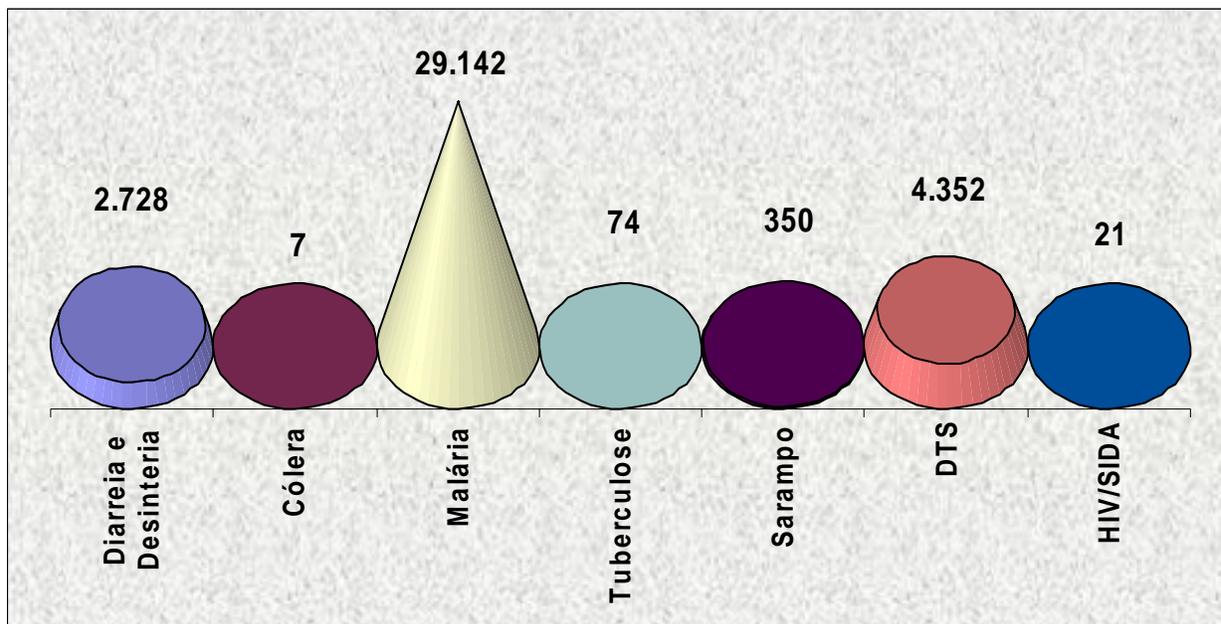
Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Ile



O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 9: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 13 mil órfãos (dos quais 45% de pai e mãe) e cerca de 6 mil deficientes (67% com debilidade física, 27% com doenças mentais e 7% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE ILE	13.218
Homens	5.913
Mulheres	7.305
5 - 9 anos	2766
10 - 14 anos	4502
15 - 19 anos	5950
P.A. de ILE	7.768
P.A. de MULEVALA	3.403
P.A. de SOCONE	2.047

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE ILE	5531	3688	1466	377
0 - 14	1215	668	436	111
15 - 44	2796	1760	844	192
45 e mais	1520	1260	186	74
P.A. de ILE	3320	2270	808	242
P.A. de MULEVALA	1273	1038	168	67
P.A. de SOCONE	938	380	490	68

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Ile



9 Género

O distrito de Ile tem uma população estimada de 280 mil habitantes - 151 mil do sexo feminino - sendo 16% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

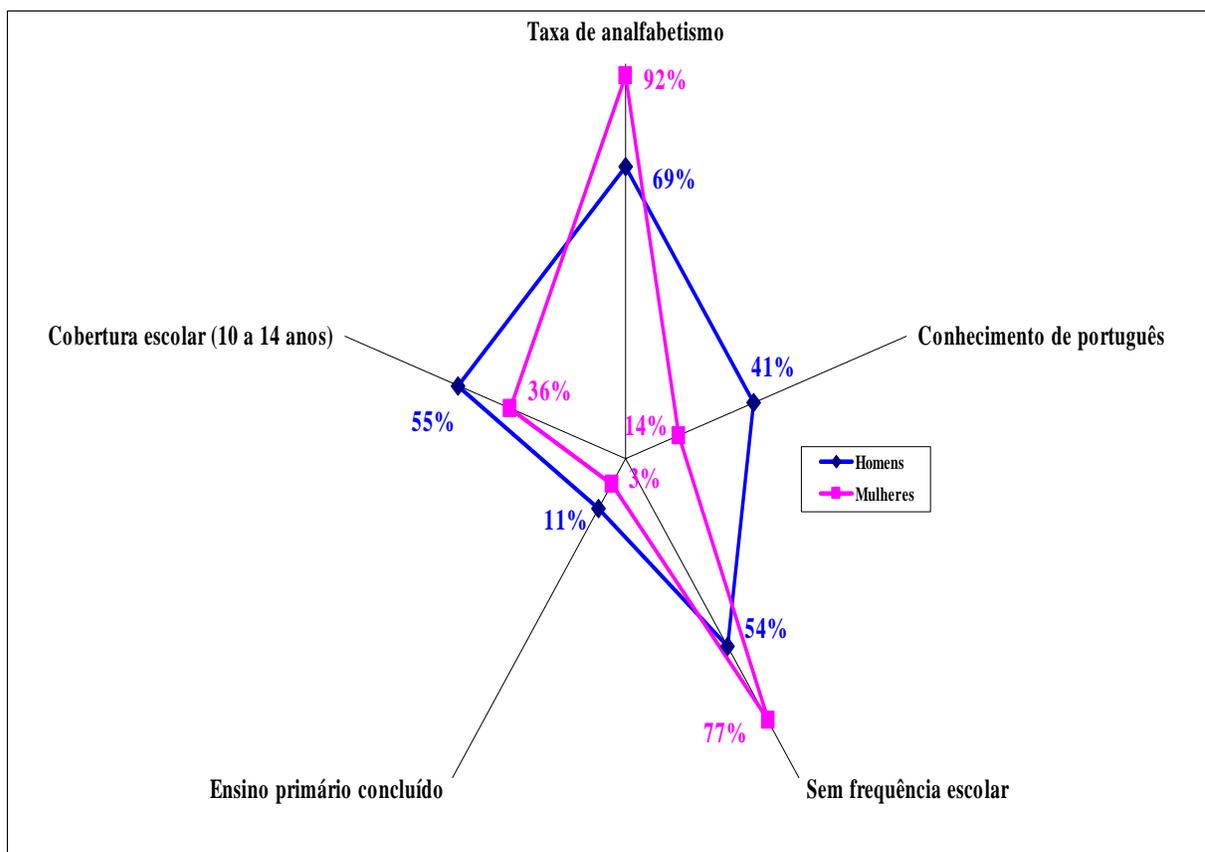
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, só 14% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 92%, sendo de 69% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 77% nunca frequentaram a escola e somente 3% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 36% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 10: Indicadores de escolaridade, por sexos



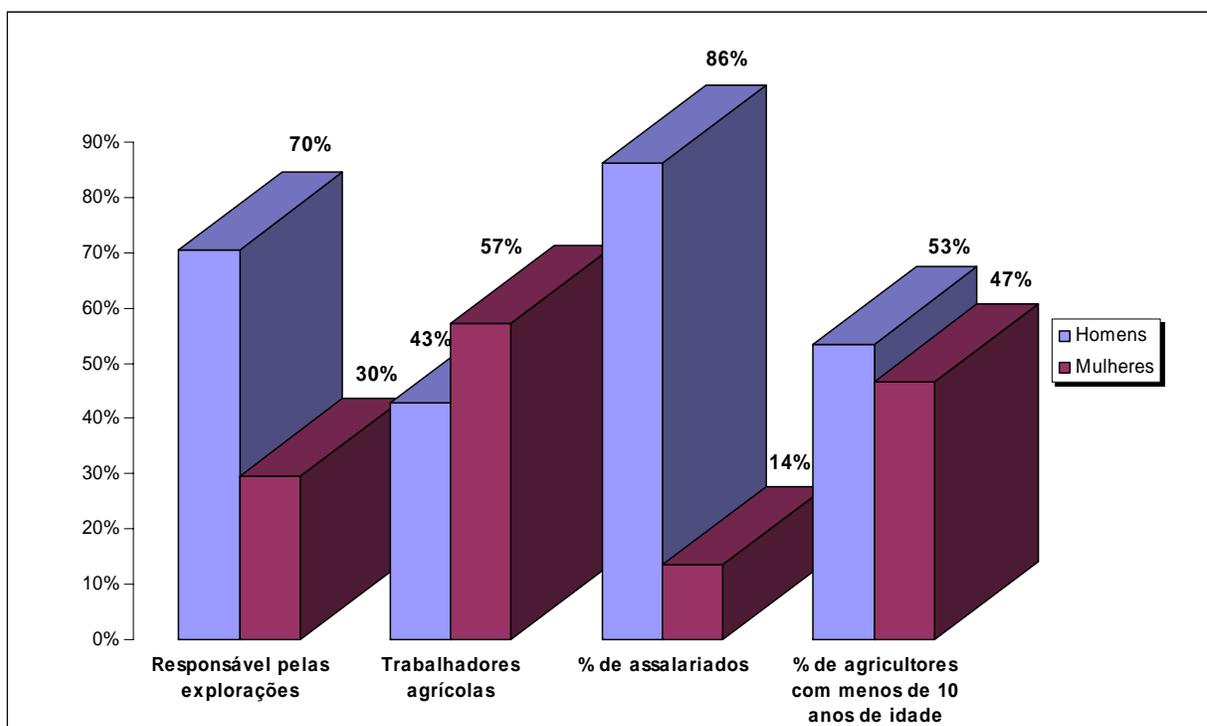
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 151 mil mulheres, 89 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 56 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 37% (30% nos homens).

As 50 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 147 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 34% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 47% são raparigas.

FIGURA 11: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado

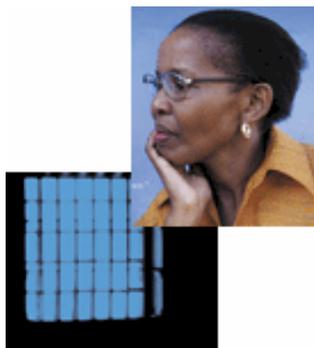


Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito do Bilene de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 97% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- As restantes são, na maioria, trabalhadoras de outros serviços ou produtoras artesanais.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 68 funcionários existentes só 7 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

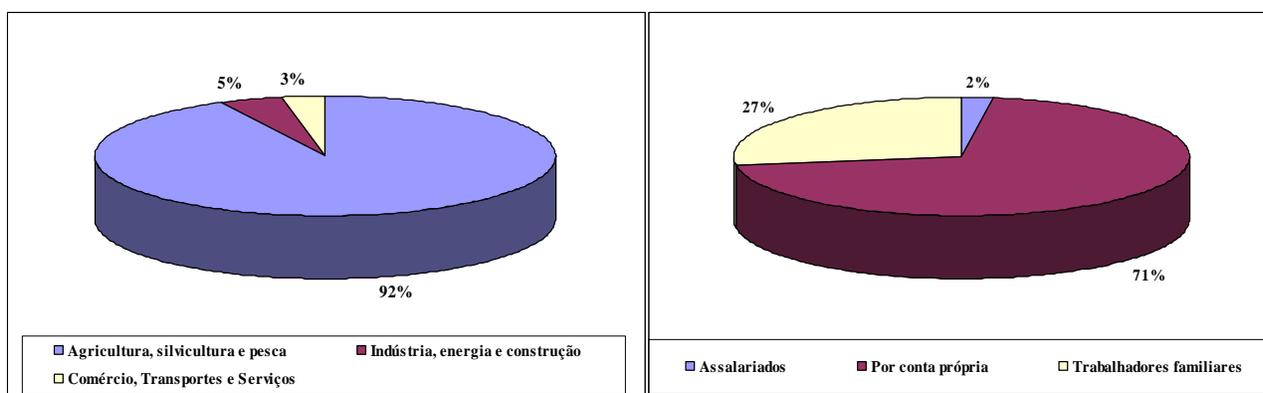
De um total de 280 mil habitantes, 154 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 101 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 34%.

Da população activa, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 2% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 14% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 92% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 5% e 3% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 3% do total de trabalhadores e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 12: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 15: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

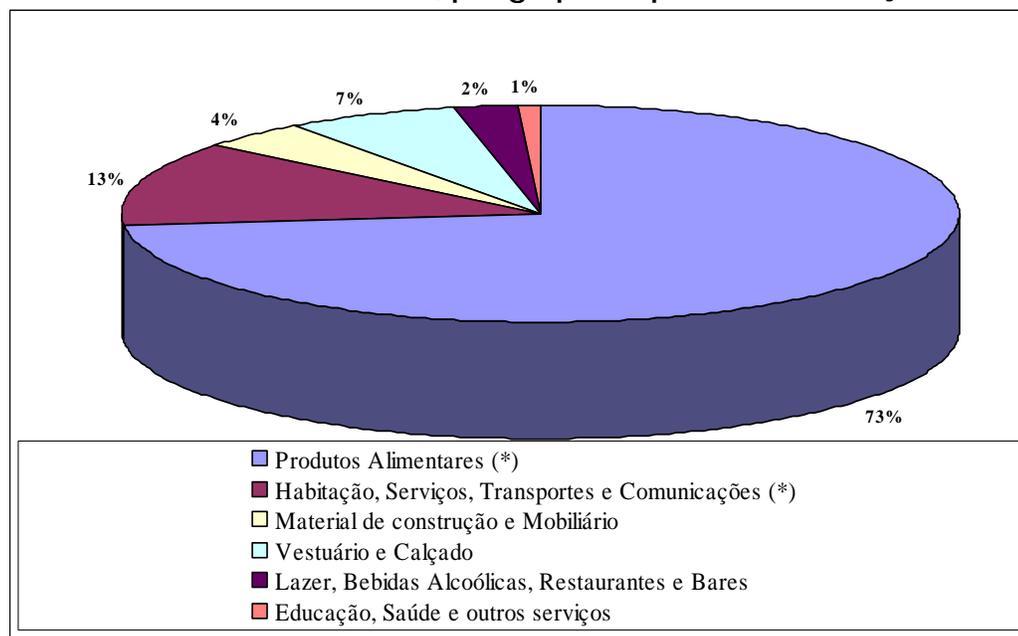
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE ILE	101.461	2,2%	0,8%	1,4%	0,1%	70,3%	27,4%	0,1%
- Homens	45.942	1,9%	0,7%	1,2%	0,1%	34,5%	8,8%	0,1%
- Mulheres	55.519	0,3%	0,1%	0,2%	0,0%	35,8%	18,6%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	93.825	0,6%	0,1%	0,5%	0,1%	65,7%	26,1%	0,0%
Indústria, energia e construção	4.634	0,5%	0,1%	0,4%	0,0%	3,2%	0,9%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	3.002	1,1%	0,6%	0,5%	0,0%	1,4%	0,4%	0,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 52% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 58% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (73%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (13%).

FIGURA 13: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria

¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

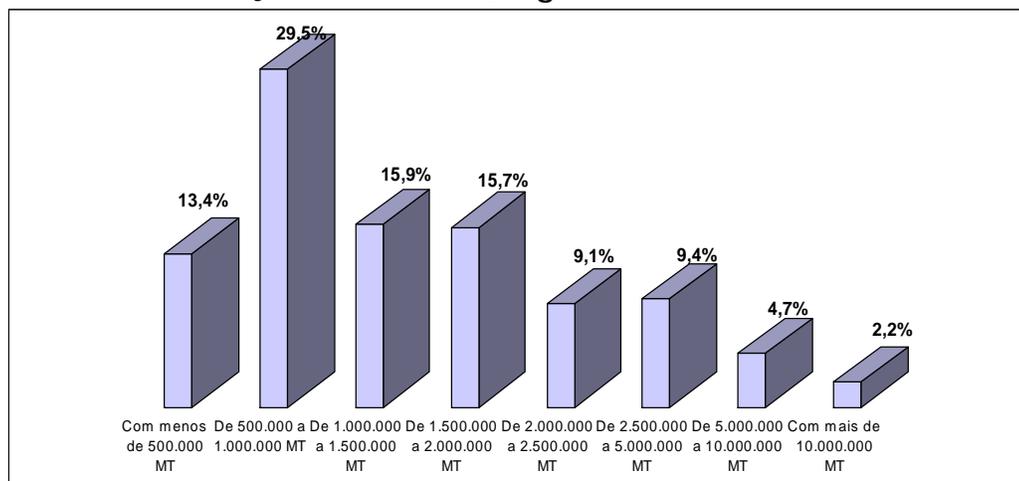
¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹³ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

Com variância significativa, a distribuição da receita está concentrada nas classes baixas, com quase 43% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 14: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹⁴ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a

¹⁴ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam a comunidade aquando de calamidades, são o Programa Mundial para a Alimentação, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Ile conta apenas com transporte terrestre rodoviário, sendo atravessado por um troço de estrada nacional, a EN 104, que liga a província da Zambézia à de Nampula, ao norte. O distrito possui ainda um aeródromo a necessitar de reabilitação.

Apenas a estrada nacional Ile-Guruè foi reabilitada, com o apoio da ONG Visão Mundial, em 1993, tendo para o efeito sido utilizada mão-de-obra local, através de um programa "comida pelo trabalho".

TABELA 16: Rede de estradas

Estrada	Troço km	Estado de Conserv.	Tipo de Estrada	Obs.
Ile - Socane	35	Bom	Nacional	Nº 231/Trans.
Ile - Nampevo	45	Bom	Nacional	Nº 231/Trans.
Ile - Naopue	40	Bom	Regional	Nº 487/Trans.
Nampevo- Alto-Molócùè	130	Bom	Nacional	Nº 104/Trans
Ile - Nipiode	35	Não transitável	Regional	Nº 482/ a)
Tebo - Mulevala	45	Bom	Regional	Nº 481/Trans.
Mulevala - Murrua	35	Bom	Regional	Nº 480/Trans.
Mulevala - Mugeba	50	Bom	Regional	Nº 481/Trans.
Mulevala - Pebane		Bom	Regional	Nº 481/Trans.

Chiraco - Marropino	20	Bom	Terceária	
Ile - Nania	60	Bom	Terceária	
Muliquela - Curruane	40	Não transitável	Terceária	a)
Somoagem - Ualasse	30	Bom	Terceária	
Socone - Napeia	20	Bom	Terceária	
Ile - Vieriua	26	Bom	Terceária	

Fonte: Administração do Distrito

Durante o período em referência, o Distrito beneficiou da reabilitação das principais rodovias, algumas das quais ainda carecendo da construção de pontes de betão e de madeira, conforme os casos. Destaca-se deste modo, a via Nampevo/Gurúe, cujas obras de ampliação e asfaltagem terminaram em finais de 2003.

DISIGNAÇÃO/VI	DISTÂNCIA/K	OBSERVAÇÃO
Ile/Naiobue	40	
Mutetercia/Nipiode	30	Não tem Ponte
Waissone/Socone	27	
LuaHapala- Socone	12	Não tem Ponte
Mugeba/ Mulevala	38	
Mussarau/Murrua	87	
Nampevo/ Gurúe	125	Asfaltada

As estradas classificadas beneficiam de manutenção periódica, através de fundos alocados a nível nacional, em coordenação com a Direcção provincial das Obras Públicas e Habitação.

A maior parte destes troços não oferece boa transitabilidade, principalmente no período chuvoso. A manutenção das vias é organizada pelas autoridades comunitárias junto dos Postos Administrativos. O trabalho é feito pelas comunidades que limpam as estradas, principalmente nas vésperas da colheita/comercialização.

O distrito dispõe de comunicações via rádio, estando montados rádios transmissores/receptores na Administração do Distrito; PA de Mulevala; Direcção Distrital da Saúde; Comando Distrital da PRM; Missão Evangélica de Cristo; Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O abastecimento de água para a população rural é feita através dos rios e riachos do distrito. Contudo, existem zonas com grande carência de água na época seca.

Atenção especial foi dada na área de abastecimento de água às populações, através da mobilização das mesmas para a abertura e melhoramento de poços e da construção de furos através de fundos doados pela UNICEF, PRONAR e JICA.

O Pequeno Sistema de Abastecimento de água carece de ampliação, por forma a abranger os 3 Bairros da Vila. Existem 2 outros pequenos sistemas de abastecimento

de água nas Sedes dos Postos Administrativos de Mulevala e Socone a carecer de reabilitação.

TABELA 17: Abastecimento de água

POSTO	POPULAÇÃO	POÇOS OU FUROS
Sede-Errego	134.639	27
Mulevala	51.350	23
Socone	38.179	04

Fonte: Administração do Distrito

O fornecimento de energia à Vila é feito através de geradores doados pelo Governo Provincial em 1998, beneficiando até ao momento 79 consumidores. Existem outros 5 pequenos geradores privados.

Problemas: falta de fundos para a compra de combustível e lubrificantes para manutenção do gerador e falta de pagamento das taxas de consumo por alguns consumidores. As Sedes dos Postos Administrativos não beneficiam de abastecimento de energia eléctrica.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas. A aptidão deste distrito para a agricultura irrigada é muito baixa.

Devido à grande variação na data de início do período de crescimento e, portanto, na data de sementeira, e dado que o período de crescimento é de pequena duração, os camponeses recorrem ao uso de variedades de ciclo curto.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das

questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Dominam neste ambiente sistemas de produção que compreendem consociações de mandioca, milho e feijões nhemba e boere e/ou consociação de mapira, milho e feijão nhemba, e em menor escala a cultura de amendoim. Nos solos onde se observa a presença de humidade residual por período prolongados de tempo é frequente a cultura de arroz ou batata doce, esta última, em regime de matutos/camalhões.

A comercialização agrícola dos excedentes da produção dos camponeses conheceu, durante o período em referência, uma melhoria significativa, mercê da intervenção dos grandes e pequenos comerciantes locais e de outros distritos e províncias e da CLUSA, organização não governamental sediada na Província de Nampula, que operou nesta área em associações de camponeses motivando os produtores através do aumento de preços.

Empresa de Chá

A empresa de chá Socone conta com duas unidades de produção de chá, em Walasse e Quinta, numa extensão de 978 hectares. Desta área já foram podados 750ha, dos quais 483ha na campanha de 2002/2003, a partir dos quais foram produzidos 470.525Kg de chá em folha verde e desta quantidade de folhas foram produzidos 104.391 Kg de chá que foram escoados para comercialização. Esta empresa tem 385 trabalhadores a trabalhar nos campos.

Tabacos de Moçambique, Lda

Na campanha 2002/2003 a empresa fomentou a cultura de tabaco, variedade BURLEY, tendo os 101 produtores produzido e comercializado 13.125Kg de tabaco, plantado numa área de 38ha, no PA de Socone. Ainda na campanha 2002/2003, esta empresa fomentou a cultura de algodão, tendo os 345 produtores produzido e comercializado 11.399Kg, numa área de 102ha. Na campanha 2003/2004 a empresa planeia inscrever 420 camponeses a quem será atribuída uma área de 210ha e utilizada a variedade C.A. 324, estando disponíveis 6.300kg de semente, prevendo-se uma produção de 30Kg/ha.

ADRA

Na presente campanha agrícola, o Projecto ADRA vai operar nas Localidades de Nampevo, Namanda, Nipiode, Magulama, Phalane, Ide Sede e Socone, prevendo-se a sua expansão para o PA de Mulevala. Durante a campanha 2002/2003 a rede realizou as

seguintes actividades: Mobilização Comunitária, plantio e reabilitação de cajueiros, produção de fruteiras, hortícolas, tubérculos, cereais, oleaginosas/leguminosas, plantação de cajueiros nos viveiros, treinamento em técnicas de consociação, conservação da natureza e armazenamento.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 18: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	10.580	17.159	21.416	21.416	18.514	21.446
Arroz	5.162	6.617	3.369	5.895	7.062	8.474
Mapira	3.078	2.053	2.342	2.342	4.014	2.267
Amendoim	1.565	1.598	1.974	1.974	3.113	2.292
Mandioca	17.859	83.172	96.243	96.243	24.713	99.519
Feijões	3.250	2.244	1.777	1.777	3.965	2.277
Batata Doce	3.471	8.674	9.054	9.054	2.854	11.195
Hortícolas	46	461	68	68	49	101
TOTAL DO DISTRITO	45.011	121.978	136.242	138.769	64.284	147.571

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

O distrito tem papaieiras, mangueiras, laranjeiras e bananeiras, limoeiros e tangerineiras, cujos frutos são consumidos e comercializados localmente.

A falta de hábitos, de sementes, as pragas, a insuficiente qualidade da terra

são as questões que impedem um maior aproveitamento desta potencialidade.

A lenha é fonte de energia mais utilizada para a confecção de alimentos. Em algumas zonas o recurso é escasso, havendo localidades em que as populações têm que percorrer cerca de 20 km até à fonte mais próxima. A erosão é um problema que afecta o distrito.

No ano de 2003, foram emitidas no distrito 12 licenças para exploração de madeira.

Quantidade de madeira explorada: 140m³ de Pau-ferro; 210 m³ de Umbila; 90 m³ de Jambire; 50 m³ de Chanfuta e 100 m³ de Muaga.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. Porém, a caça não tem importância para fins comerciais ou turísticos.

Desde a introdução da piscicultura no distrito, foram abertos 136 tanques para criação de peixe, dos quais foram povoados 123. Esta actividade beneficiou 121 famílias.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços



A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

A indústria predominante no Distrito é a moageira, composta por 12 moagens que funcionam através de combustível-gasóleo, dedicando-se à farinação de milho e mandioca das populações, embora em número insuficiente. Existe, ainda, uma fábrica de Chá a SONIL.

Em termos de potencial industrial, está a ser desenvolvido um projecto para avaliar a viabilidade de mineração dos depósitos de metais raros, terras raras e tântalo, na zona de Morrua.

Devido ao seu relativo isolamento, a integração do distrito nas redes de mercados regionais ou nacionais é fraca. Como resultado, a actividade comercial é limitada, e o mercado para venda dos produtos locais está em grande parte confinado ao próprio distrito e ao distrito vizinho de Mocuba. Existem, no entanto, alguns comerciantes de fora do distrito, nomeadamente de Quelimane, Maputo, Nampula e Milange, a operarem na zona. Para a maior parte dos produtos (agrícolas, pecuários, bens de consumo), as transacções de mercado são conduzidas nos mercados do distrito. Não há registo de actividade comercial através da fronteira.

No distrito de Ile existem 31 lojas operacionais. Existem, ainda, 4 moagens, 1 oficina pertencente à Administração Distrital, uma carpintaria, 1 padaria e várias alfaiatarias, todas operacionais.

O abastecimento às populações nas zonas rurais através da rede comercial ainda é fraco. A rede comercial comporta 22 lojas sediadas maioritariamente nas Sedes do Distrito e Postos Administrativos, que são apoiadas por pequenos comerciantes na comercialização dos excedentes e abastecimento da população em produtos da primeira necessidade. Alguns destes estabelecimentos comerciais funcionam mercê da intervenção do fundo do FARE.

Na área da comercialização, os agentes económicos apontam como principais constrangimentos as vias de acesso e a falta de fundos para a comercialização. A coluna vertebral da comercialização para a população rural é o mercado ambulante.

A rede de comercialização de bens de consumo do Ile consiste em 4 mercados espalhados ao longo das estradas em toda a área do distrito. Alguns têm bancas fixas. Os fiscais do governo cobram taxas de mercado em colaboração com as autoridades comunitárias.

Na área do Distrito existem três pensões/pousadas, sendo duas na sede do Distrito e uma em Muguíama para a associação turística. O distrito não dispõe de um sistema formal de crédito, contando apenas uma delegação do BCM.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Ile

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Basilio Chiposse Inja	Secretario	M	Mulevala	Mbauane	Namucarau	04/06/02
2	Muapa Manique	Regulo	M	Mulevala	Mbauane	Namucarau	04/06/02
3	Macario Hatxeia	Secretario	M	Socone	Socone	Nicoropale	07/08/02
4	Goncalves U. Mucuire	Regulo	M	Errego	Namanda	Namanda	29/06/02
5	Mecanico Nacoma	Secretario	M	Errego	Namanda	Namanda	29/06/02
6	Antonio Inluma Manuel	Secretario	M	Errego	Errego	Mudibua	25/06/02
7	Amido Muachicamo	Regulo	M	Errego	Errego	Mudibua	03/08/02
8	Isabel Adriaio	Regulo	M	Mulevala	Nicalane	Inturro	15/07/02
9	Ambrosio Alfaiate	Regulo	M	Mulevala	Nicalane	Inturro	15/07/02
10	Esperto Caliha	Regulo	M	Socone	Socone	Correia	25/06/02
11	Francisco Namanla	Regulo	M	Socone	Socone	Nicoropale	25/06/02
12	Mario Leite Muzula	Secretario	M	Socone	Socone	Muzala	25/06/02
13	Patricio J. Muligonha	Regulo	M	Socone	Socone	Muzala	25/06/02
14	Leonardo S. Martinho	Secretario	M	Socone	Socone	Correia	25/06/02
15	Fernando Uaridai	Regulo	M	Errego	Errego	Muigaua	25/06/02
16	Félix Inrinaamuene Ecove	Secretário	M	Errego	Errego	Muigaua	25/06/02
17	Ambrósio Wandafulaz	Secretário	M	Mulevala	Namigonha	Namigonha	06/06/02
18	Bartolomeu Dias Sabonete	Secretário	M	Mulevala	Namigonha	Nadala	06/06/02
19	Armando Okuanquinova	Secretário	M	Errego	Mugulama		06/06/02
20	Faustino Munhote	Secretário	M	Errego	Mugulama	Murruma	28/02/03
21	Mário Jone Muatama	Secretário	M	Errego	Mugulama	Mugulama	28/06/03
22	Victor Sabonete	Secretário	M	Mulevala	Jajo	Jajo	19/03/03
23	Almeida Canjaliua Nehiri	Secretário	M	Mulevala	Mulevala	Mulevala	17/03/03
24	Luis Muiquimone	Secretário	M	Mulevane	Chiraco	Chiraco	18/03/03



Autoridade tradicional

25	Sabonete Vatevene	Secretário	M	Mulevala	Chiraco	Chiraco	18/03/03
26	David Muerua	Secretário	M	Socone	Mualacamue	Macurro	21/03/03
27	Alberto Mujamaja	Secretário	M	Socone	Mualacamue	Macurro	21/03/03
28	Sebastião M. Mucumadida	Secretário	M	Mulevala	Mbauane	Mbauane	20/08/03
29	Serafino S. Muacuarare	Secretário	M	Mulevala	Namingonha	Inturo	20/08/03
30	Armando Mutotoro Massa	Secretário	M	Mulevala	Namingonha	Melaleia	22/08/03
31	Rafael Augusto Melaleia	Secretário	M	Mulevala	Namingonha	Melaleia	22/08/03



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Zambézia, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Zambézia, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província da Zambézia, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província da Zambézia, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005